

# A concepção de liberdade e responsabilidade em Jean-Paul Sartre: a figura do intelectual engajado

**Luciana Lima Fernandes**

*Universidade Federal do Ceará.*

É comum dividir a filosofia de Sartre em dois momentos, o primeiro voltado para a ontologia, ou uma filosofia mais abstrata e a-histórica, cuja obra fundamental seria *O ser e o nada* (1945); e o segundo, ligado ao marxismo, voltado para a práxis e para o homem concreto e histórico, tendo a *Crítica da razão dialética* (1960) como obra principal. Sua biografia também é dividida em dois momentos pelos comentaristas mais tradicionais, um primeiro desengajado e distante das questões políticas e um posterior, após o final da Segunda Guerra (1945), mais comprometido e participativo politicamente. O presente trabalho enseja todavia complexificar tais dicotomizações para que possamos pensar alguns elementos em torno do conceito de intelectual em Sartre, objetivo central de nossa investigação. Consideramos importante tratar tal temática na medida em que nosso filósofo foi referência para o desenvolvimento da noção de intelectual que se construiu durante o século XX, seja porque discutiu teoricamente o assunto, seja porque ele próprio personificou o modelo de intelectual que serviu de referência para as discussões subsequentes. A noção de intelectual desenvolvida por Sartre está necessariamente vinculada ao engajamento, o que por sua vez se liga à temática central de sua filosofia, qual seja, a liberdade.

Desde sua juventude como estudante na Escola Normal Superior Sartre era destaque diante dos colegas, seja pela genialidade precoce, seja pelas brincadeiras espirituosas e posições críticas diante das regras hierárquicas e tradicionais da instituição. Torna-se professor no Liceu do Havre e é convocado para a guerra em 1939, exercendo a função de meteorologista, para a qual tinha se alistado. Ao voltar para Paris em 1940 funda junto com Simone, Merleau-Ponty e alguns outros um grupo de resistência à Ocupação alemã chamado Socialismo e Liberdade, com vida curta mas representativa para a vivência política do filósofo. Em 1945 funda a revista *Les Temps Modernes*, onde tenta abranger todo tipo de manifestação escrita, desde a poesia até um documento sério, e todas as áreas do conhecimento, não somente filosofia ou literatura, sempre buscando uma sofisticação teórica que geralmente não se encontrava nas outras revistas.

A partir da crescente visibilidade de Sartre, com todas as suas publicações até então – romances, peças, artigos nos principais jornais do período e na direção de uma importante revista – o autor torna-se uma figura quase que de domínio público (para utilizar a expressão de Annie Cohen-Solal). Ele consegue, ao mesmo tempo, dialogar com o meio acadêmico e com o público em geral, fato difícil dentro do universo literário francês. Mas por que Sartre e os que estavam próximos, sobretudo Simone e Camus, passaram a ter tamanha popularidade dentro desse cenário do pós guerra, sendo considerados os intelectuais mais importantes de então? Possivelmente a resposta para tal pergunta esteja relacionada à identificação que aquela geração de 1945 encontrava nesses sujeitos, pois eles conseguiam dar voz ao que as pessoas estavam vivendo nos anos de guerra e de Ocupação nazista, porque passaram pelos mesmos sofrimentos e privações, e estavam formulando qual seria o futuro da França. Ou seja, além dessa vivência em comum e da escrita sobre ela, eles ofereciam, a partir de seus romances, peças e textos políticos, heróis à juventude. Eles foram os responsáveis (ou pelo menos acreditavam que seriam) por formular a ideologia do pós-guerra. É Simone de Beauvoir quem escreve mais claramente sobre esse grupo de intelectuais ao qual pertencia e quais as suas ambições:

Nós nos prometemos continuar unidos para sempre contra os sistemas, as ideias, os homens que condenávamos; a hora da

derrota deles ia soar; o futuro que então se abriria, nós teríamos que construí-lo talvez politicamente, em todo caso no plano intelectual: precisávamos criar uma ideologia para o pós guerra. (BEAUVOIR, apud COHEN-SOLAL, 2008, p. 245)

Eles eram os representantes de uma nova geração que surgira com o advento da guerra, uma vez que os escritores de antes do conflito, como Gide e Malraux, não davam mais conta de expressar o sentimento de absurdo do mundo, como fazia Camus, por exemplo. Se uma geração se define a partir de dois pontos – primeiro como um grupo gerido por um acontecimento fundador que teve grandes repercussões em suas vidas; segundo tendo uma outra geração como referencial, seja para segui-la, seja para combatê-la (SIRINELLI, 1996, p. 254-255) –, podemos pensar que a geração de intelectuais cujo principal representante seria Sartre teria a Segunda Guerra Mundial como acontecimento fundador e os escritores do entre guerras como a geração contra qual deveriam se opor. O grupo mencionado na referida citação de Simone comporia uma *estrutura de sociabilidade*, ou seja, uma “rede” na qual há uma sensibilidade ideológica e cultural comum. Sartre era considerado o centro desse grupo de intelectuais, sobretudo porque escreveu *sobre* a guerra. Tornou-se o narrador principal da França no período escrevendo contundentes textos sobre a experiência da Ocupação. Os principais são *A República do silêncio*, *Paris sob Ocupação* e *Que é um colaborador*.

Que Sartre foi um grande intelectual, talvez o mais famoso do século XX, não há dúvida alguma. Mas afinal de contas, o que é um intelectual? Inicialmente, pode-se pensar que não há necessidade de discutir e buscar uma definição para um termo tão utilizado e de comum entendimento. Em linhas gerais, o intelectual seria aquele que não exerce atividades manuais ou utilitárias e que se ocuparia de tarefas do intelecto, tais como o fariam professores, jornalistas, escritores, altos funcionários do governo, entre outros. Todavia, quando se recorre à bibliografia sobre o tema é possível perceber inúmeras problemáticas que sua definição levanta, bem como as várias discussões sobre sua função dentro da sociedade contemporânea e sua relação com a política e a cultura de determinado período.

A respeito de sua definição, a que foi dada anteriormente parece simples e genérica em demasia, não sendo de grande serventia para

os propósitos a que se destina nossa investigação. Optamos então por buscar outros significados do conceito de intelectual e duas posições foram escolhidas. A primeira defende que o intelectual existe desde muito tempo, pelo menos desde a Grécia antiga, e que em toda sociedade existe um ou vários sujeitos que exerça o papel do que hoje chamamos de intelectual (mesmo admitindo que o termo seja recente, surgido no final do século XIX). A segunda posição relaciona o aparecimento do intelectual ao surgimento da própria palavra, o que se deu na França com o conhecido caso Dreyfus e vincula-se mais estreitamente à noção de engajamento.

É possível citar pelo menos dois estudiosos contemporâneos pertencentes à primeira vertente: Francis Wolff e Norberto Bobbio.<sup>1</sup> Bobbio defende a existência dos temas discutidos pelos intelectuais desde Platão, embora tenham recebido variadas denominações.

Que esses sujeitos históricos sejam prevalentemente chamados “intelectuais” apenas há cerca de um século, não deve obscurecer o fato de que sempre existiram os temas que são postos em discussão quando se discute o problema dos intelectuais, quer esses sujeitos tenham sido chamados, segundo os tempos e as sociedades, de sábios, sapientes, doutos, *philosophes*, *clerics*, *hommes de lettres*, literatos etc.(BOBBIO, 1997, p. 110 – 111)

É possível concluir, a partir da posição de Bobbio, que por existir a atividade e alguém que a exercesse, então já existia esse sujeito, embora com nomes diversos.

Francis Wolff tem opinião semelhante, acreditando que o surgimento do intelectual tenha ocorrido junto com o aparecimento do primeiro filósofo, Sócrates, que encarnaria as três principais características do intelectual: a tagarelice, a crítica aos valores aceitos na sociedade e a “intromissão” em assuntos que não lhe dizia respeito. Ao falar do nascimento dos intelectuais na Grécia, atribuindo a Sócrates o papel de primeiro filósofo e intelectual, Wolff propõe três condições essenciais para a sua existência, que seriam: “um certo tipo de sujeito social, um

---

<sup>1</sup> Do primeiro foi consultado artigo intitulado *Dilemas dos intelectuais*, presente na coletânea *O silêncio dos intelectuais*, organizada por Aduino Novaes. Do segundo recorreu-se à obra *Os intelectuais e o poder*, reunião de vários artigos e conferências do autor, realizados entre 1953 e 1992. As referências completas podem ser consultadas na bibliografia.

certo tipo de objeto (universal) e um certo espaço onde ele possa se exprimir” (WOLFF, 2006, p. 47). Ou seja, é preciso que haja indivíduos capazes de exercerem atividades de criação e mediação e, portanto, um considerável desenvolvimento social e econômico na sociedade em que vive; há igualmente a necessidade de um senso comum de valores morais universais; e, por fim, a existência de um espaço público para a livre expressão das opiniões e defesa dos valores universais. A primeira sociedade que reuniu essas três características, segundo o autor, foi a Grécia do século X a.C., que reunia “homens que tinham tempo livre para se dedicar às ideias, à sua produção e difusão; uma consciência do universal com o ‘nascimento da razão’[...]; e um regime, a democracia direta, que permitia a expressão das opiniões[...]” (WOLFF, 2006, p. 48). Seria Sócrates o primeiro intelectual por reunir suas principais características: ser perseguido não por suas ideias, mas simplesmente por exercer a função do pensamento, por ser aquele que fala ao invés de trabalhar, que põe em questão valores tradicionais de sua sociedade e que interfere em assuntos que inicialmente não seriam os seus, buscando assim uma defesa da coletividade.

A segunda posição, como já mencionado, está relacionada ao surgimento do termo intelectual, o que ocorreu em 1898 na França com o caso Dreyfus, e vincula-se mais claramente à noção de engajamento. Desde essa data o termo é usado para designar aquele sujeito produtor de bens simbólicos, que influencia e possui inclusive responsabilidade dentro da vida em sociedade – o que não equivale dizer que as demais pessoas que a compõe aceitem de forma passiva e acrítica as opiniões e ideologias dos intelectuais de sua época, mas que estes conseguiram impor-se para além de seu “pequeno mundo estreito”, alcançando a comunidade nacional e muitas vezes internacional. O intelectual deveria, portanto, representar a sua comunidade, defender valores universais e lutar pelas causas que acreditava serem justas. Ele tinha poder dentro da sociedade e, quanto maior seu poder, maior sua responsabilidade. (BOBBIO, 1993, p. 96)

Ele é quem possui competência e prestígio em determinada área do saber e, dotado desse poder, aproveita para intervir no debate sócio político. Se no decorrer do século XX o intelectual passou a ser uma figura com mais poder, logo sua responsabilidade também cresce. Sar-

tre foi talvez quem melhor representou essa posição. Eis então a justificativa de se ter discutido o conceito de intelectual em nosso trabalho: a própria noção de intelectual, essa mais estreita, vincula-se a Sartre, uma vez que remete ao engajamento e esta é a principal cobrança do autor aos demais intelectuais, além de relacionar-se diretamente ao seu principal problema filosófico, qual seja, a liberdade.

Mas por que o filósofo possuía tamanha centralidade, chegando a ser nomeado um “intelectual absoluto”<sup>2</sup> Por que quando morreu chegou-se a falar em “silêncio dos intelectuais”<sup>3</sup> Por que foi tão lido e seguido pela juventude? Porque representava essa geração. Porque, como já dissemos, conseguia expressar as angústias e os sofrimentos, tanto quanto um projeto de futuro, que essa geração sentia e ansiava. “[...] ele é o intelectual absoluto. Espera-se dele o que nunca se esperou, e que, sem dúvida, nunca mais se esperará de nenhum outro. Eis sua grande força: esperava-se algo dele; era o objeto não só de uma fé, mas de um fervor, uma impaciência.” (LÉVY, 2001, p. 33). Descontando-se a dramaticidade da escrita de Bernard-Henri Lévy, é realmente pertinente a questão da centralidade da figura de Sartre para a França daquela geração. Novamente e para concluir esse ponto a respeito da pertinência de Sartre na discussão sobre os intelectuais, essa centralidade se justifica pelo diálogo através de muitos gêneros da escrita e pela situação histórica que favorecia o surgimento desses “heróis” e de um público sedento de quem os representasse, ao mesmo tempo sendo sua voz.

Mas Sartre tem sua própria posição a respeito do intelectual, e ela sofre mudanças ao longo de sua vida. Segundo Beauvoir, em *A cerimônia do adeus*,

até então [nas conferências que fez no Japão], Sartre concebera o intelectual como “técnico do saber prático” que rompia a contradição entre a universalidade do saber e o particularismo da classe dominante da qual era produto [...]; satisfazendo sua consciência

<sup>2</sup> É Lévy que assim o denomina, se valendo da alcunha dada ao autor no período. LÉVY, Bernard-Henri. *O século de Sartre: Inquérito filosófico*. Tradução de Jorge Bastos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. p. 18.

<sup>3</sup> Essa expressão é utilizada por Aduino Novaes para designar a “perda” de poder desses sujeitos a partir da morte de Sartre, em 1980, tido por alguns como o último dos seus. Novaes critica tal posição e explica melhor o que seja em NOVAES, Aduino. *O silêncio dos intelectuais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

através dessa própria má consciência, julgava que ela lhe permitia situar-se ao lado do proletariado. Agora Sartre julgava que era preciso ultrapassar esse estágio: ao *intelectual clássico* contrapunha o *novo intelectual*, que nega em si o momento intelectual, para tentar encontrar um novo *estatuto popular*, o novo intelectual procura fundir-se com a massa, para fazer triunfar a verdadeira universalidade.” (Beauvoir, 2012, p. 15, grifo da autora).

Pelo que explica, Sartre tinha uma posição até os anos de 1960, em que, através do marxismo, se aproxima mais das classes trabalhadoras, e a partir daí propõe uma nova concepção de intelectual. Antes desse momento acreditava que o intelectual é uma contradição por defender a universalidade das leis científicas ao mesmo tempo que “a ideologia particularista de obediência a um Estado, a uma política, às classes dominantes” (SARTRE, 1994, p. 26). Já no segundo momento assume outra posição, que é exposta em suas conferências de 1964 no Japão, reunidas e publicadas com o título *Em defesa dos intelectuais*, na qual acredita ser o intelectual o agente do saber prático que contesta a ideologia que o formou. Descobrimo a contradição da sociedade a partir de sua própria contradição, o intelectual deve se colocar ao lado das classes oprimidas, uma vez que é nelas em que há a possibilidade de universalidade.

E Sartre buscou realmente ser esse tipo de intelectual. Citaremos apenas um exemplo que mostra o quanto buscava ser participativo e próximo da classe trabalhadora. Simone narra na *Cerimônia do adeus* o caso da prisão de um operário que participava de um comício, em 1970, em cujo processo Sartre tinha sido chamado para testemunhar. Negando-se a assumir o papel convencional que lhe fora designado perante a justiça burguesa, prefere ir pra frente de uma fábrica e, sobre um tonel, falar aos operários então presentes:

“Quero dar meu testemunho na rua, porque sou um intelectual e acho que a ligação do povo e dos intelectuais, que existia no século XIX – nem sempre, mas que deu resultados muito bons – deveria voltar a existir atualmente. Há cinquenta anos que o povo e os intelectuais estão separados; é preciso agora que sejam um só.” (BEAUVOIR, 2012, p. 24)

Sua crítica aos “técnicos do saber prático” enquanto burgueses, enquanto não contestadores da ideologia dominante e nem de sua pró-

pria situação enquanto pertencentes a essa classe, pode ser percebida desde seus *Diários* de 1939. Embora sua concepção de intelectual tenha sofrido mudanças desde então, está já aí presente a crítica a burguesia que o intelectual deveria fazer. No seu registro de uma discussão com um colega de pelotão, chamado Pieter, fica clara essa postura. Em diálogo com Pieter, Sartre lhe critica um amigo que mesmo em campo de batalha desfruta de regalias que os demais colegas não. Em contrapartida, Pieter acusa Sartre de ter os mesmos privilégios e de também ser um burguês, de ser um homem da teoria e não da prática. Na fala de Pieter: “Começo a conhecer você [...], não quer ser incomodado; escreve o dia inteiro e quando tem vontade de almoçar em um restaurante, não diz nada a ninguém” (SARTRE, 1983, p. 16). Sartre se defende dizendo que está entre burgueses e o que faz não é estranho a eles, e Pieter o indaga a presença no meio de pessoas que tanto o aborrece. Sartre se defende dizendo que foi um erro antigo se alistar para meteorologista, mas seu interlocutor não aceita as desculpas, acusando-o de ser um salafrário, porque se vale dos mesmos privilégios que os de quem critica e ainda continua a receber seu ordenado de professor enquanto muitos outros que estão participando da guerra não tem quase nada. Sartre rebate: “É diferente. Existem os privilégios da paz e existe uma sociedade baseada nesses privilégios. Em tempos de paz, não se trata de um indivíduo renunciar aos seus privilégios, o que seria uma gota d’água no oceano, mas de lutar pela supressão de *todos* os privilégios” (SARTRE, 1983, p. 18). Mesmo sabendo do problema de se separar teoria e prática em termos tão rasteiros, como faz Pieter, é possível creditar alguma validade em seu argumento contra Sartre, pois enquanto este critica o burguês que desfruta regalias, outros passam necessidades ou morrem na guerra, mas na prática ele faz o mesmo que tais burgueses. O filósofo mesmo reconhece isso, apesar de não assumir para seus companheiros.

É preciso, porém, ir além dessa dicotomia teoria/prática, que resume o pensamento e a vivência do autor em uma contradição: Sartre critica a burguesia, defende o engajamento do intelectual e a sua aproximação com os trabalhadores (no segundo momento) enquanto é reconhecidamente um burguês e seu engajamento é mais literário do que com ações diretas – sobretudo durante a guerra. Mas sua escrita já era,



desde *O muro*, vinculada aos acontecimentos de então e tinha um posicionamento político. Ele já era engajado e, mesmo reconhecendo-se burguês, tentava desvelar as contradições de sua posição e defender os valores que julgava justos e universais, tornando-se assim um intelectual.

Ao assumir seu pertencimento à burguesia, como todos os intelectuais o são, e ao mesmo tempo procurando trabalhar em função do proletariado, ele justifica a escrita de *O idiota da família* pela essencialidade de se pensar os homens, em qualquer lugar ou época. Muito provavelmente o público leitor dessa obra não tenha sido o proletariado, ele próprio sabia que escrevia para burgueses, mas “sua ideia profunda era que em qualquer momento da história, qualquer que fosse o contexto social e político, continuava a ser essencial compreender os homens, e que, para isso, seu ensaio sobre Flaubert poderia ajudar” (BEAUVOIR, 2012, p. 19).

## REFERÊNCIAS

- BEAUVOIR, Simone de. *A cerimônia do adeus*. Tradução de Rita Braga. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012. (Coleção Saraiva de Bolso)
- BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder: Dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.
- COHEN-SOLAL, Annie. *Sartre: uma biografia*. Trad. de Milton Persson. 2. ed. Porto Alegre, RS: L&PM, 2008.
- DENIS, Benoît. *Literatura e engajamento: de Pascal a Sartre*. São Paulo: EDUSC, 2002.
- LÉVY, Bernard-Henri. *O século de Sartre: Inquérito filosófico*. Tradução de Jorge Bastos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- NOVAES, Adalto. *O silêncio dos intelectuais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- SARTRE, Jean-Paul. *Diário de uma guerra estranha*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.
- \_\_\_\_\_. *Em defesa dos intelectuais*. Tradução de Sergio Goes de Paula; Apresentação de Francisco Weffort. São Paulo: Ática, 1994.
- \_\_\_\_\_. *O ser e o nada: Ensaio de ontologia fenomenológica*. Tradução de Paulo Perdigo. 22. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

\_\_\_\_\_. *O muro*. Tradução de H. Alcântara Silveira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, s.d.

\_\_\_\_\_. *O idiota da família*. Tradução de Julia da Rosa Simões. 1. ed. Porto Alegre, RS: L&PM, 2013.

\_\_\_\_\_. *Situations III: lendemains de guerre*. Paris, Gallimard, 1949.

SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. In: REMOND, René. *Por uma nova história política*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1996.

WOLFF, Francis. Dilemas dos intelectuais. In: NOVAES, Adauto. *O silêncio dos intelectuais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.